



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 209/XIII/ 4.ª SL

Aos 10 dias do mês de outubro de 2018, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 208/XIII/4.ª, relativa à reunião de 03 de outubro de 2018;

2. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.os 1651/XIII/3.ª (PCP) - "Propõe medidas para o pleno aproveitamento do investimento na construção da ligação ferroviária Sines-Elvas (Caia) no âmbito do transporte de mercadorias", 1652/XIII/3.ª (PCP) - "Propõe medidas para o pleno aproveitamento do investimento na construção da ligação ferroviária Sines-Elvas (Caia) no âmbito do transporte de passageiros" e 1681/XIII/3ª (PSD) - "Recomenda ao Governo que adote medidas que assegurem a paragem de comboios de mercadorias no Alentejo, nomeadamente em Évora, Vendas Novas e zona dos mármoreos (Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal), mas também, a utilização de toda a linha no âmbito do transporte de passageiros";

3. Apreciação e votação do parecer final das Petições n.os 291/XIII e 361/XIII, sobre subscrições de serviços de aquisição de *APP* e outros conteúdos em *APP Stores* e outras *lojas online*. Relator: Deputado Ernesto Ferraz (BE).

4. Outros assuntos

10:00 Audição do Dr. Carlos João Pereira, personalidade indigitada para Vogal do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), nos termos do disposto no artigo 17.º da Lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 209/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL

---

**1. Apreciação e votação da ata n.º 208/XIII/4.<sup>a</sup>, relativa à reunião de 03 de outubro de 2018;**

O Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração a ata n.º 208/XIII/4.<sup>a</sup>, relativa à reunião de 3 de outubro de 2018, que submeteu à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

**2. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.os 1651/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP) - "Propõe medidas para o pleno aproveitamento do investimento na construção da ligação ferroviária Sines-Elvas (Caia) no âmbito do transporte de mercadorias", 1652/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP) - "Propõe medidas para o pleno aproveitamento do investimento na construção da ligação ferroviária Sines-Elvas (Caia) no âmbito do transporte de passageiros" e 1681/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) - "Recomenda ao Governo que adote medidas que assegurem a paragem de comboios de mercadorias no Alentejo, nomeadamente em Évora, Vendas Novas e zona dos mármorez (Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal), mas também, a utilização de toda a linha no âmbito do transporte de passageiros";**

O Senhor Presidente submeteu a apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução identificados em epígrafe, não havendo sugestões de alteração, informou que a mesma seria enviada à Mesa da A.R. para que os Projetos de Resolução pudessem ser votados em Plenário.

**3. Apreciação e votação do parecer final das Petições n.os 291/XIII e 361/XIII, sobre subscrições de serviços de aquisição de *APP* e outros conteúdos em *APP Stores* e outras *lojas online*.**

**Relator: Deputado Ernesto Ferraz (BE).**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 209/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL

O Senhor Deputado Ernesto Ferraz (BE) usou da palavra para apresentar o relatório final das petições supra identificadas.

Usou da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) para sugerir a eliminação do ponto cinco (opinião do relator) do relatório final das petições, por não ser previsto na Lei da petição, sugestão que foi aceite pelo relator.

O Senhor Presidente lembrou a pendência na Comissão de iniciativas legislativas sobre a mesma matéria da petição, que serão tratadas na especialidade após a discussão do Orçamento de Estado, informou que já tinha sido solicitado parecer ao regulador, e que será feita a devida nota aos peticionários de que em breve a Comissão tratará de alterações legislativas que podem ir ao encontro das dúvidas e pretensões expressas na petição.

Submetido o parecer final a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

#### **4. Outros assuntos**

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) apresentou, na qualidade de relator, o parecer na generalidade sobre o Projeto de Lei 960/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP) – “Alteração ao Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir no âmbito da formação de condutores de veículos agrícolas”.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) reagiu surpreso com a afirmação de inexistência de outras iniciativas legislativas, afirmando que o BE apresentou uma iniciativa legislativa de conteúdo semelhante, não compreendendo que esta Comissão continue a ignorar e os serviços não se pronunciarem sobre um Projeto de Lei apresentado.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) esclareceu o que considera ser um mal entendido e referiu a existência de um Projeto de Lei do PCP sobre a alteração do limite de idade para a carta de condução de veículos de pesados e transporte de



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 209/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL

passageiros, que aborda a mesma matéria que é tratada no Projeto de Lei 862/XIII/3.<sup>a</sup> do BE, com o mesmo assunto e alcance, que ambos os Projetos de Lei já tinham sido discutidos em Plenário e que já tinham baixado à Comissão para apreciação na especialidade, porém o Projeto de Lei agora em especialidade deu entrada no verão e corresponde a um processo legislativo totalmente diferente, no que foi corroborado pelo Senhor Presidente.

Tornou a usar a palavra o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) salientando o equívoco do Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE), que com um pedido de desculpa respondeu. Por fim, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

O Senhor Presidente da Comissão transmitiu a existência de dois requerimentos para discussão, neste ponto da ordem do dia, se se verificasse consenso:

- um requerimento apresentado pelo CDS-PP para audição do Ministro da Economia, na sequência da indigitação de um Deputado para vogal da ERSE;
- um requerimento do PCP a solicitar o adiamento da audição da personalidade indigitada para vogal do Conselho de Administração da ERSE.

Verificado consenso para a discussão deste requerimentos, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS/PP), que enquadrou o requerimento para discussão, evidenciando que a Lei-quadro das autoridades reguladoras prevê que antes da nomeação deva ser promovido a audição do representante do Governo, considerando ser o momento oportuno para discutir o modelo de nomeação para os cargos das entidades reguladoras, afirmando que a sugestão de nomeação apresentada não é usual, atendendo tratar-se de um deputado do PS, sendo indispensável compreender se estão garantidos os princípios de independência e imparcialidade.

De seguida o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) expôs o requerimento para discussão, focando a clareza do requerimento apresentado em que a audição da personalidade indigitada possa ocorrer após a audição do Governo.



## **COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 209/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL**

O Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) considerou a situação anómala, compreendendo o requerimento apresentado pelo CDS-PP, defendeu ser o momento oportuno para refletir sobre as competências, características fundacionais e o espírito da Lei-quadro das entidades reguladoras conjugando com as individualidades que vão sendo propostas, mostrou oposição à tentação de instrumentalizar toda a administração incluindo as entidades reguladoras, e reiterou que seria importante que a entidade reguladora fosse capaz de cumprir o papel que lhe está destinado nos seus diplomas fundacionais, que os protagonistas também dessem a garantia do cumprimento dos princípios de independência e que as decisões fossem tomadas em função dos interesses dos cidadãos e não dos interesses político partidários do momento.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) afirma subscrever o requerimento do PCP, sendo prioritário a audição do Senhor Ministro, com o intuito de obter informações relativo à possibilidade de existência de outras pré-candidaturas ao cargo e perceber o respetivo contexto da escolha.

O Senhor Deputado Hugo Costa (PS) demonstrou disponibilidade para o debate, a pretensão de que a matéria não se arraste no tempo e o Ministro possa vir a ser representado pelo Secretário de Estado da Energia, devido à agenda decorrente do período orçamental; em resposta o Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) questionou se o exposto correspondia a um novo requerimento oral para a vinda do Secretário de Estado ou se era uma proposta em alternativa, tendo obtido a confirmação pela Mesa de se tratar de um pedido, dado esta matéria ter caráter de urgência; rematando o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) não ser questão o caráter de urgência e não parecer ser tarefa do Grupo Parlamentar do PS substituir-se ao Governo, sendo a matéria para aprovação a vinda do Ministro ao Parlamento.

O Senhor Presidente da Comissão submeteu os requerimentos a votação, tendo sido aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN, salientando o caráter de urgência da audição do Ministro. Ainda a este propósito, o Senhor



## **COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 209/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL**

Presidente demonstrou a necessidade de nomear relator para a audição da personalidade indigitada, cabendo a elaboração do relatório ao PCP.

O Senhor Presidente deu conta das reuniões agendadas para o dia seguinte, 11 de outubro: a audição da Inspetora-Geral da Autoridade para as Condições de Trabalho, em conjunta com a Comissão de Trabalho e Segurança Social, pelas 17h30; e a reunião do Grupo de Trabalho da Energia a realizar pelas 14 horas. Salientou não marcar reunião para a seguinte quarta-feira, dia 17 de outubro, na perspetiva de ter agenda aberta para a audição do Ministro de Economia e que, em função dos requerimentos aprovados, ficava adiada a segunda parte da presente reunião. Referiu o adiamento das audições do Movimento de Cidadania de Utentes da EN 125 e das Câmaras Municipais de Castro de Aire, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António para o dia 24 de outubro. Finalmente, salientou o adiamento das discussões na especialidade para o final dos trabalhos orçamentais, fixou a data de apresentação de propostas de alteração referente à Proposta de Lei n.º 132/XIII/3.<sup>a</sup> (GOV) e aos Projetos de Lei n.os 828/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP) e 862/XIII/3.<sup>a</sup> (BE) até ao dia 12 de outubro, sendo a data de votação na especialidade fixada para o dia 17 de outubro.

A reunião foi encerrada às 11:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de outubro de 2018.

**O PRESIDENTE**

**(HELDER AMARAL)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 209/XIII/ 4.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos  
Bruno Dias  
Emídio Guerreiro  
Ernesto Ferraz  
Fátima Ramos  
Fernando Jesus  
Fernando Virgílio Macedo  
Heitor de Sousa  
Helder Amaral  
Helga Correia  
Hortense Martins  
Hugo Costa  
Hugo Pires  
Joel Sá  
Luís Campos Ferreira  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Coimbra  
Pedro Mota Soares  
António Costa Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva  
Carlos Pereira  
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Silva  
Cristóvão Norte  
Luís Moreira Testa  
Ricardo Bexiga